



Direito Civil:

Mapas Mentais para Concursos Públicos





Olá! :)

Seja muito bem vindo!

Obrigada por adquirir os **Mapas da Lulu 2.0!** Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 25 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em três concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar) e Consultor Legislativo (4º lugar), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão.

Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 2.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 2.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do **Youtube**: [Lulu Concurseira](#) e no meu **Instagram**: [@lulu.concurseira](#). Já somos uma comunidade de mais de 154 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,

Laura Amorim

[@lulu.concurseira](#)



PIRATARIA É CRIME.

Atenção:

Este produto é para uso pessoal. **Não compartilhe o seu material.**

Pessoal, os Mapas da Lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@lulu.concurseira e @mapasdalulu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria. Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivaninha, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.000 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, email, grupos de whatsapp ou facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no suporte@mapasdalulu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até QUATRO anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da Lulu.

Um beijo,

Laura Amorim

A decorative graphic on the left side of the page consisting of a grid of small, dark blue dots arranged in a pattern that is roughly 10 columns wide and 20 rows high, though some dots are missing, creating a sparse, textured effect.

Índice

1. DIREITO CIVIL

1.1 LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	05
1.2 Pessoa Natural	13
1.3 Pessoa Jurídica	21
1.4 Bens	27
1.5 Atos, Fatos e Negócios Jurídicos	33
1.6 Decadência e Prescrição	43

ASPECTOS GERAIS

- = LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
- DISPOSITIVO **AUTÔNOMO** → NÃO FAZ PARTE DO CÓDIGO CIVIL
- DISCIPLINA VÁRIOS RAMOS DO DIREITO
- DISCIPLINA
 - PRINCÍPIOS
 - APLICAÇÃO
 - VIGÊNCIA
 - INTERPRETAÇÃO
 - INTEGRAÇÃO



FONTES DO DIREITO

= FORMAS PELAS QUAIS O DIREITO SE MANIFESTA.

CLASSIFICAÇÕES:

- DIRETAS / IMEDIATAS =
 - LEIS
 - COSTUMES
- INDIRETAS / MEDIATAS =
 - DOCTRINA
 - JURISPRUDÊNCIA

(= NÃO FORMAS)
- MATERIAIS = FATOS SOCIAIS.
- FORMAS =
 - LEI
 - ANALOGIA
 - COSTUMES
 - PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

LEIS

- = NORMA COMUM E OBRIGATÓRIA PROVENIENTE DO PODER COMPETENTE PROMOVIDA DE SANÇÃO
- ↳ FONTE PRIMORDIAL DO DIREITO.

CARACTERÍSTICAS:

- GENERALIDADE
- IMPERATIVIDADE
- AUTORIZAMENTO
- PERMANÊNCIA → NÃO SE EXAURE C/UMA APLICAÇÃO.
- COMPETÊNCIA → P/ VALER CONTRA TODOS, DEVE EMANAR DA AUTORIDADE COMPETENTE.

ASPECTOS GERAIS

- = TER FORÇA OBRIGATÓRIA / EXECUTORIEDADE (A LEI JÁ PODE PRODUIR EFEITOS)
- PRAZOS P/ ENTRADA EM VIGOR SÃO CONTADOS A PARTIR DE SUA PUBLICAÇÃO. (NÃO É DA PROMULGAÇÃO)
- A PRÓPRIA LEI PODERÁ PREVER A DATA P/ ENTRADA EM VIGOR. (INCLUSIVE NO PRÓPRIO DIA DE SUA PUBLICAÇÃO)
 - SE NÃO, APLICA-SE A REGRA GERAL.

PROMULGAÇÃO = NASCIMENTO DA LEI EM SENTIDO AMPLO (ATESTA A EXISTÊNCIA DA LEI)

PUBLICAÇÃO = EXIGÊNCIA NECESSÁRIA P/ SUA ENTRADA EM VIGOR. (DÁ CIÊNCIA A TODOS)

"NINGUÉM SE ESCUSA DE CUMPRIR A LEI Alegando que não a conhece!"

MODIFICAÇÕES DE LEI JÁ PUBLICADA

- DURANTE O VACATIO LEGIS:
 - O PRAZO RECOMEÇA A SER CONTADO DESDE NOVA PUBLICAÇÃO (P/ CORREÇÃO) (É A MESMA LEI)
 - SE A REPUBLICAÇÃO FOR PARCIAL, O PRAZO RECOMEÇA APENAS P/ OS DISPOSITIVOS QUE FORAM REPUBLICADOS.
- APÓS O VACATIO LEGIS (JÁ EM VIGOR):
 - "AS CORREÇÕES A TEXTO DE LEI JÁ EM VIGOR, CONSIDERA-SE LEI NOVA".

LINDB
= VIGÊNCIA =

CONTAGEM DO PERÍODO DE VACÂNCIA

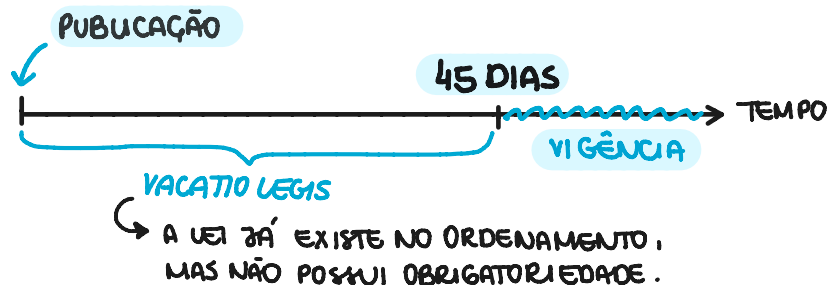
- ENTRAM O PRIMEIRO (DIA DA PUBLICAÇÃO) E ÚLTIMO DIA.
 - A LEI ENTRA EM VIGOR NO DIA SEGUINTE.

MACETE:

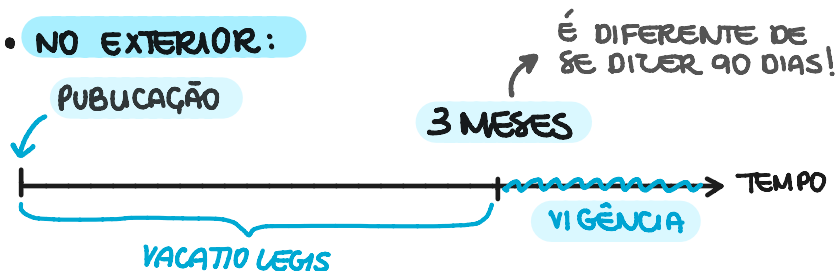
DIA DA ENTRADA EM VIGOR = DIA DA PUBLICAÇÃO + PRAZO DO VACATIO LEGIS

REGRA GERAL (PREVISTA NO LINDB)

- NO BRASIL: ("EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL")



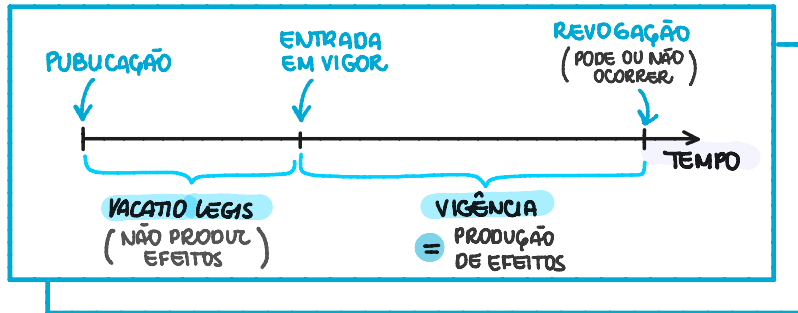
- NO EXTERIOR:



PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DAS LEIS

- A **LEI** TERÁ VIGOR ATÉ QUE OUTRA
- A **MODIFIQUE OU REVOQUE** = SEM PRAZO DETERMINADO

(SE ELA NÃO SE DESTINAR A VIGÊNCIA TEMPORÁRIA)



VIGÊNCIA TEMPORÁRIA

- = LEIS C/ PRAZO DE VIGÊNCIA ESPECÍFICO
- SÃO CRIADAS P/ UM FIM DETERMINADO.
- EXTINGUE-SE:
 1. TERMINADO SEU PRAZO (= TEMPORÁRIAS)
 2. CUMPRIDO SEU OBJETIVO (= EXCEPCIONAIS)

LINDB
= VIGÊNCIA =

REVOGAÇÃO

- = TORNA UMA NORMA (OU PARTE DELA) SEM EFEITO → DEIXA DE TER VIGÊNCIA.
- TIPOS:
 - EXPRESSA → REVOGAÇÃO EXPRESSA NO TEXTO DA LEI
 - TÁCITA → QUANDO A NOVA LEI:
 1. É INCOMPATÍVEL C/ A ANTERIOR OU
 2. REGULA INTEIRAMENTE A MATÉRIA.
 - PARCIAL → A NOVA LEI TORNA SEM EFEITO APENAS UMA PARTE DA LEI ANTIGA. (= DERROGAÇÃO)
 - TOTAL → A NOVA LEI SUPRIME TODO O TEXTO ANTERIOR (= AB-ROGAÇÃO)

MACETE:

TOTAL → AB-ROGAÇÃO
PARCIAL → DERROGAÇÃO
= TOTALAB

CUIDADO!

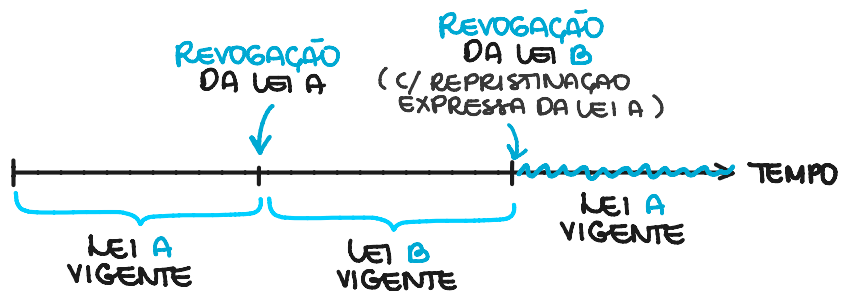
A **LEI NOVA**, QUE ESTABELEÇA DISPOSIÇÕES GERAIS OU ESPECIAIS A PAR DAS JÁ EXISTENTES, **NÃO** REVOGA NEM MODIFICA A ANTERIOR.

LINDB

= REPRISTINAÇÃO
E ULTRATIVIDADE =

REPRISTINAÇÃO

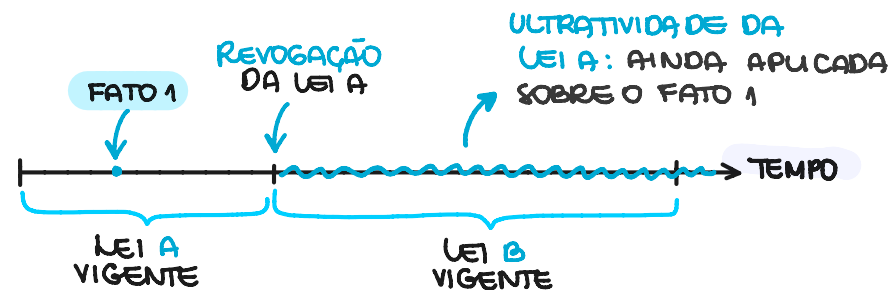
- = RESTAURAR O VALOR OBRIGATÓRIO DE UMA LEI ANTERIORMENTE REVOGADA.
- SALVO DISPOSIÇÃO EM CONTRÁRIO, A LEI REVOGADA **NÃO** SE RESTAURA POR TER A LEI REVOGADORA PERDIDO A VIGÊNCIA.
(NÃO EXISTE A REPRISTINAÇÃO TÁCITA!)



X

ULTRATIVIDADE

- = QUANDO A LEI, APÓS SUA REVOGAÇÃO, (PERDA DE SUA VIGÊNCIA) PRODUZ EFEITOS SOBRE FATOS OCORRIDOS DURANTE SUA VIGÊNCIA.
- É **EXCEÇÃO** À REGRA DE QUE A LEI PRECISA ESTAR VIGENTE P/ PRODUIR EFEITOS



- CUIDADO! SE A LEI REVOGADORA FOR DECLARADA INCONSTITUCIONAL, NÃO HOUVE, REALMENTE, REVOGAÇÃO DA LEI ANTERIOR (CONTINUA EM VIGOR)

ASPECTOS GERAIS

- QUANDO HÁ 2 NORMAS VIGENTES **CONFUTANTES** → SEM QUE SE POSSA SABER QUAL UTILIZAR.

REQUISITOS :

1. NORMAS INCOMPATÍVEIS
 2. INDECISÃO DEVIDO À INCOMPATIBILIDADE
 3. NECESSIDADE DE DECISÃO
- P/ **EVITAR** O SURGIMENTO DE **CONFUTOS** COM A PUBLICAÇÃO DA NOVA LEI, O LEGISLADOR PODE ACRESCENTAR **DISPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS**. (TRANSITÓRIAS)

CLASSIFICAÇÃO

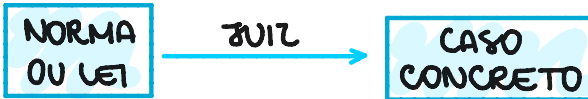
- **ANTINOMIA REAL** :
 - P/ SUA SOLUÇÃO, É NECESSÁRIO CRIAR UMA **NOVA NORMA** (NÃO HÁ UMA QUE SE APLIQUE AO CASO)
- **ANTINOMIA APARENTE** :
 - P/ SUA SOLUÇÃO, PODE SER USADA NORMA **JÁ EXISTENTE**.
↳ BASTA APLICAR OS CRITÉRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFUTOS.

lindb
= **ANTINOMIAS**
= **NORMATIVAS** =

CRITÉRIOS P/ SOLUÇÃO

- **HiERÁRQUICO** : LEI DE **HiERARQUIA SUPERIOR** SERÁ UTILIZADA EM DETRIMENTO DA DE **HiERARQUIA INFERIOR**.
- **CRONOLÓGICO** : LEI "**NOVA**" REVOGA LEI "**VELHA**". (DESDE QUE DE MESMA **HiERARQUIA**)
- **ESPECIALIDADE** : LEI **ESPECIAL** É UTILIZADA EM DETRIMENTO DA LEI GERAL.

APLICAÇÃO DA LEI



- **SUBSUNÇÃO** → QUANDO O FATO ENQUADRA-SE PERFEITAMENTE NO CONCEITO ABSTRATO DA NORMA.

- CASOS { NÃO PREVISTOS → INTEGRAÇÃO
C/ ALGUMA IMPERFEIÇÃO → INTERPRETAÇÃO

INTEGRAÇÃO

- PREENCHIMENTO DE **LACUNAS** NO ORDENAMENTO (= AUSÊNCIA DE NORMA EXPRESSA/ESPECÍFICA)
- **LINDB**: SENDO A **LEI OMISSA**, O JUIZ DECIDIRÁ DE ACORDO COM:

ORDEM
HIERÁRQUICA

- ANALOGIA
- COSTUMES
- PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

O JUIZ NÃO PODE SE RECUSAR A ANALISAR / JULGAR UMA CAUSA ALEGANDO A OMISSÃO DA LEI.

LINDB
= INTERPRETAÇÃO
E INTEGRAÇÃO =

INTERPRETAÇÃO

- MÉTODOS:

1. GRAMATICAL / LINGÜÍSTICA / SEMÂNTICA

- ANÁLISE DAS PALAVRAS (INDIVIDUAL E CONJUNTAMENTE)
- MÉTODO RESTRITO

2. LÓGICA

- USO DE RACIOCÍNIO E CONCLUSÕES LÓGICAS.

3. SISTEMÁTICA

- INTERPRETA EM CONJUNTO C/ O ORDENAMENTO JURÍDICO E PRINCÍPIOS DO DIREITO.
(RELAÇÃO C/ AS DEMAIS LEIS)

4. HISTÓRICA

- CONSIDERA O MOMENTO HISTÓRICO NO QUAL A LEI FOI APROVADA.
(ANÁLISE CONTEXTUAL)

5. FINALISTA / TELEOLÓGICA / SOCIOLÓGICA

- BUSCA ENTENDER O FIM ALMEJADO PELO LEGISLADOR.

PREVISTA NO ART. 5º DA LINDB:
"NA APLICAÇÃO DA LEI, O JUIZ ATENDERÁ:
{ FINS SOCIAIS A QUE ELA SE DIRIGE E AS EXIGÊNCIAS DO BEM COMUM"

INTEGRAÇÃO

• ANALOGIA

- O APLICADOR DO DIREITO SE VALE DE UMA OUTRA NORMA (PARECIDA) DE MODO A APLICÁ-LA AO CASO CONCRETO.
- TIPOS:
 - ANALOGIA LEGAL → APLICAÇÃO DE OUTRA NORMA JÁ EXISTENTE.
 - ANALOGIA JURÍDICA → SERÁ UTILIZADO UM CONJUNTO DE NORMAS PI SE EXTRAIR ELEMENTOS APLICÁVEIS AO CASO CONCRETO.

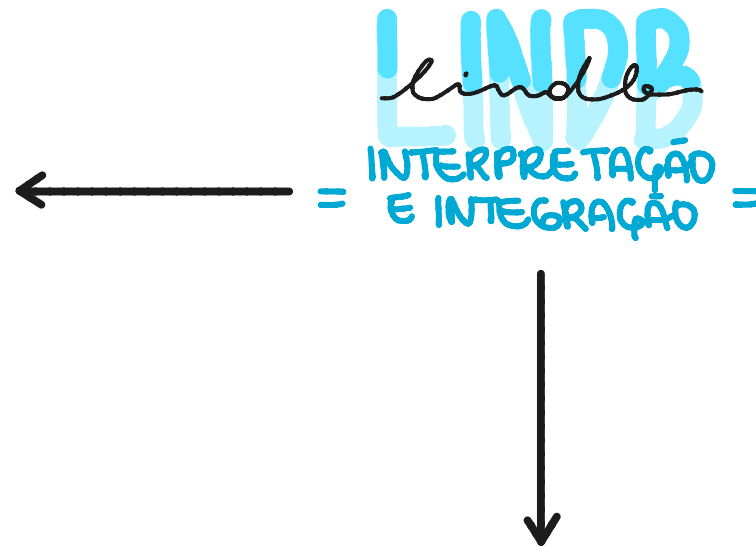
• COSTUMES

- DECORREM DA PRÁTICA
- REITERADA
CONSTANTE DE
PÚBLICA
GERAL

DETERMINADO ATO C/ A CERTEZA DE SUA OBRIGATORIEDADE.

• CONDIÇÕES :

- CONTINUIDADE
- UNIFORMIDADE
- DIUTURNIDADE
- MORALIDADE
- OBRIGATORIEDADE



• PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

- REGRAS ABSTRATAS E GERAIS QUE ORIENTAM O ENTENDIMENTO DO SISTEMA JURÍDICO.

• EQUIDADE

- NÃO PREVISTA LITERALMENTE.
- = BUSCA PELO JUSTO.
- SÓ PODE SER USADA NOS CASOS PREVISTOS EM LEI (NOVO CPC)

PRINCÍPIO DA TERRITORIEDADE TEMPERADA

- ADOTADO PELO **BRASIL**. (MITIGADA)
- = UM ESTADO SOBERANO PERMITE QUE SEJAM APLICADAS **LEIS SENTENÇAS** DE OUTROS ESTADOS EM SEU TERRITÓRIO. (= EXTRATERRITORIEDADE)

- TERRITÓRIO **REAL**: TERRITÓRIO GEOGRÁFICO + ÁGUAS TERRITORIAIS + ESPAÇO AÉREO.
- TERRITÓRIO **FICTO**: EMBAIXADAS, CONSULADOS, NAVIOS/AERONAVES DE GUERRA...

LEI DO DOMÍLIO

- SÃO POR ELA REGIDAS:
 1. REGRAS SOBRE:
 - COMEÇO/FIM DA PERSONALIDADE
 - NOME • CAPACIDADE
 - DIREITO DE FAMÍLIA
 2. REGRAS QUANTO OS BENS **MÓVEIS** TRAZIDOS OU DESTINADOS AO TRANSPORTE P/ OUTRO LUGAR P/ OS DEMAIS BENS/OBRIGAÇÕES = PRINCÍPIO DA TERRITORIEDADE (ONDE LOCALIZADO O BEM É CONSTITUÍDA A OBRIGAÇÃO)
 3. SUCESSÕES: LEI DO DOMÍLIO DO:
 - { DEFUNTO/DESAparecido → SUCESSÃO
 - { HERDEIRO/LEGATÁRIO → CAPACIDADE P/ SUCEDER
 4. COMPETÊNCIAS DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA.
É DA AUTORIDADE BRASILEIRA SE **RÉU DOMICILIADO NO BRASIL OU AQUI TIVER DE SER CUMPRIDA A OBRIGAÇÃO.**

REQUISITOS P/ APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA

- A LEI DEVE:
 1. ESTAR DE ACORDO COM:
 - { A ORDEM PÚBLICA
 - { OS BONS COSTUMES
 2. NÃO OFENDER A SOBERANIA NACIONAL.

SE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO DE LEI ESTRANGEIRA, TER-SE-Á EM VISTA A DISPOSIÇÃO DESTA, **SEM CONSIDERAR-SE QUALQUER REMISSÃO** POR ELA FEITA A OUTRA LEI.

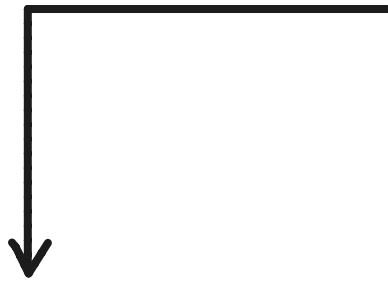
lindb
= EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO =

REQUISITOS P/ EXECUÇÃO DE SENTENÇAS PROFERIDAS NO ESTRANGEIRO

1. POR JUIZ COMPETENTE
2. PARTES CITADAS (OU REVEIA)
3. TER PASSADO EM JULGADO
 - + FORMALDADES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO.
4. TRADUÇÃO POR INTÉRPRETE AUTORIZADO.
5. TER SIDO HOMOLOGADA PELO **STJ**.

ASPECTOS GERAIS

- PESSOA = ENTE FÍSICO OU MORAL SUSCEPTÍVEL DE { DIREITOS OBRIGAÇÕES
- É O SUJEITO DE DIREITOS
- ESPÉCIES:
 - PESSOA NATURAL (SER HUMANO)
 - PESSOA JURÍDICA (AGRUPAMENTO DE SERES HUMANOS C/ FINS E INTERESSES COMUNS)



INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

• SOB 3 ASPECTOS:

1. NOME: INDIVIDUALIZA O INDIVÍDUO

- = PRENOME + SOBRENOME
- LIGADO AO REGISTRO DA PESSOA
- PROIBIDO SEU USO SEM AUTORIZAÇÃO EM PROPAGANDA COMERCIAL.
- PROTEÇÃO SE EXTENDE AO PSEUDÔNIMO (ADOADO P/ ATIVIDADES LÍCITAS)

2. ESTADO: DEFINE SUA POSIÇÃO

- { NA SOCIEDADE POLÍTICA
- { NA FAMÍLIA

- INDIVIDUAL → IDADE, SEXO, SAÚDE...
- FAMILIAR → CASADO, SOLTEIRO, PAI, FILHO...
- POLÍTICO → ESTRANGEIRO, NACIONAL...

3. DOMICÍLIO: LOCAL DE SUA ATIVIDADE SOCIAL. (DETALHADO EM MAPA PRÓPRIO)

INÍCIO

- PERSONALIDADE CIVIL COMEÇA C/ O NASCIMENTO C/ VIDA. (TEORIA NATALISTA) (= RESPIRAR)
- ↳ MAS A LEI PÕE A SALVO, DESDE A CONCEPÇÃO, OS DIREITOS DO NASCITURO POSSUI PERSONALIDADE JURÍDICA FORMAL (MATERIAL, NÃO) (ESSA PROTEÇÃO ALCANÇA O NATIMORTO)



NA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA, PODEM SER CHAMADOS A SUCEDER OS FILHOS AINDA NÃO CONCEBIDOS DE PESSOAS INDICADAS PELO TESTADOR. (DESDE QUE VIVAS, ESTAS, AO ABRIR-SE A SUCESSÃO)

PESSOA
pessoa
NATURAL

ASPECTOS GERAIS

- = PODERES OU FACULDADES

ESPÉCIES:

- DE GOZO OU **DE DIREITO**:
 - ORIUNDA DA PERSONALIDADE.
 - INERENTE À PESSOA
 - = CAPACIDADE DE $\left\{ \begin{array}{l} \text{ADQUIRIR DIREITOS} \\ \text{CONTRAIR OBRIGAÇÕES} \end{array} \right.$
- DE EXERCÍCIO OU **DE FATO**:
 - CAPACIDADE DE EXERCER DIREITOS POR SI SÓ NA VIDA CIVIL.
 - LEVA EM CONTA CRITÉRIOS COMO $\left\{ \begin{array}{l} \text{IDADE} \\ \text{ESTADO DE SAÚDE} \end{array} \right.$

CAPACIDADE PLENA = CAPACIDADE DE DIREITO + CAPACIDADE DE FATO

NÃO CONFUNDIR INCAPACIDADE C/ PROIBIÇÃO LEGAL DE EFETUAR CERTOS NEGÓCIOS JURÍDICOS COM CERTAS PESSOAS OU COM RELAÇÃO AOS BENS A ELAS PERTENCENTES (= FALTA DE LEGITIMIDADE)

EX.: OUTORGA CONJUGAL, VENDA DE PAI/P/ FIHO SEM AUTORIZAÇÃO DOS DEMAIS ...

pessoa
Pessoa
natural
NATURAL
= CAPACIDADE =

INCAPACIDADE

- = **RESTRIÇÃO LEGAL** P/ DETERMINADOS (TODAS SÃO PREVISTAS EM LEI) ATOS DA VIDA CIVIL.
- VISA PROTEGER PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS JURÍDICAS APRECIÁVEIS.
- **TIPOS**:
 - **ABSOLUTAMENTE INCAPAZ** → TOTALMENTE PROIBIDA DE EXERCER POR SI SÓ O DIREITO.
 - É **NULO** QUALQUER ATO PRATICADO POR ELE. (DEVE SER **REPRESENTADO**)
 - SÃO ABSOLUTAMENTE INCAPAZES OS **MENORES DE 16 ANOS**. (NÃO HÁ MAIS PREVISÃO RELACIONADA À DEFICIÊNCIA - SÓ IDADE!)
 - **RELATIVAMENTE INCAPAZ** → EM REGRA, DEVE SER **ASSISTIDO** P/ A PRÁTICA DE ATOS DA VIDA CIVIL.
 - MAS PODE PRATICAR ALGUNS ATOS SOZINHO. EX.: ACEITAR MANDATO, SER TESTEMUNHA, FAZER TESTAMENTO, VOTAR
- SÃO **RELATIVAMENTE INCAPAZES**:
 1. MAIORES DE 16 E MENORES DE 18 ANOS
 2. ÉBRIOS HABITUAIS E OS VICIADOS EM TÓXICO
 3. AQUELES QUE NÃO PUDEREM EXPRESSAR SUA VONTADE (POR CAUSA $\left\{ \begin{array}{l} \text{TRANSITÓRIA OU} \\ \text{PERMANENTE} \end{array} \right.$)
 4. PRÓDIGOS (GASTA DESORDENADAMENTE)
 - ↳ PRIVADOS EXCLUSIVAMENTE DOS ATOS QUE POSSAM COMPROMETER SEU PATRIMÔNIO.

ABSOLUTAMENTE INCAPAZ → REPRESENTAÇÃO
RELATIVAMENTE INCAPAZ → ASSISTÊNCIA
(PRIMEIRAS LETRAS INVERTIDAS!)

CESSE DA INCAPACIDADE

- QUANDO AS SITUAÇÕES QUE A DETERMINAVA DESAPARECEREM.
 - MENORIDADE CESSA AOS 18 ANOS COMPLETOS.
 - EMANCIPAÇÃO = CESSA A INCAPACIDADE P/ OS MENORES. (ANTECIPA OS DIREITOS QUE ELE SÓ TERIA AOS 18 ANOS)
- ↳ SÓ TEM EFEITOS NA ESFERA CIVIL (É IRRELEVANTE NA ESFERA PENAL...)

HIPÓTESES DE EMANCIPAÇÃO

1. PELA CONCESSÃO DOS PAIS (OU DE UM DELES NA FALTA DO OUTRO) MEDIANTE INSTRUMENTO PÚBLICO, (= VOLUNTÁRIA) INDEPENDENTEMENTE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL.
↳ É ATO UNILATERAL DOS PAIS (NÃO É NECESSÁRIA A PARTICIPAÇÃO DO MENOR)
 2. POR SENTENÇA DO JUIZ, OUVIDO O TUTOR, (SE O MENOR TIVER 16 ANOS COMPLETOS.) (= JUDICIAL)
 3. PELO CASAMENTO
 4. PELO EXERCÍCIO DE EMPREGO PÚBLICO EFETIVO
 5. PELA COLAÇÃO DE GRAU EM ENSINO SUPERIOR
 6. PELO ESTABELECIMENTO CIVIL OU COMERCIAL OU EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO (SE TIVER 16 ANOS COMPLETOS E, EM FUNÇÃO DELES, TENHA ECONOMIA PRÓPRIA)
- (= LEGAL)

PESSOA
NATURAL
= EMANCIPAÇÃO =

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A EMANCIPAÇÃO É { IRREVOGÁVEL E DEFINITIVA
- UMA VEZ CONCEDIDA, O EMANCIPADO NÃO RETORNA À INCAPACIDADE!
(POR EXEMPLO, SE ELE FOR EMANCIPADO DEVIDO AO CASAMENTO, AINDA QUE HAJA { VIUVEZ SEPARAÇÃO DIVÓRCIO, ELE NÃO VOLTA A SER INCAPAZ)
- SE HOUVER ALGUMA FAULTA NAS CONDIÇÕES LEGAIS À EMANCIPAÇÃO, HÁ { NULIDADE OU ANULABILIDADE

ASPECTOS GERAIS

- A EXISTÊNCIA DA PESSOA NATURAL (ASSIM COMO SUA PERSONALIDADE) TERMINA C/ A MORTE.

↳ A VONTADE SOBREVIVE PELO TESTAMENTO

- MORTE { REAL
PRESUMIDA → COM OU SEM
DECRETAÇÃO
DE AUSÊNCIA

REGISTRADA, EM
REGISTRO PÚBLICO

PESSOA
natural
= EXTINÇÃO =

MORTE PRESUMIDA

- COM DECRETAÇÃO DE AUSÊNCIA :
 - NOS CASOS EM QUE A LEI AUTORIZA A ABERTURA DE SUCESSÃO DEFINITIVA.

- SEM DECRETAÇÃO DE AUSÊNCIA :

1. MORTE EXTREMAMENTE PROVÁVEL DE QUEM ESTAVA EM PERIGO DE VIDA .

2. SE ALGUÉM { DESAPARECIDO EM CAMPANHA OU
FEITO PRISIONEIRO

NÃO FOR ENCONTRADO ATÉ 2 ANOS APÓS O
TÉRMINO DA GUERRA.

↳ SÓ PODE SER REQUERIDA APÓS CESSAREM
AS BUSCAS E AVERIGUAÇÕES .

↳ A SENTENÇA DEVE FIXAR A DATA PROVÁVEL
DO FALECIMENTO .

MORTE COMORIÊNCIA

- = PRESUNÇÃO DE MORTE SIMULTÂNEA
- SE 2 OU MAIS INDIVÍDUOS FALECEREM NA MESMA OCASIÃO, NÃO SE PODENDO AVERIGUAR SE ALGUM PRECEDEU AOS OUTROS, PRESUMIR-SE-ÃO SIMULTÂNEAMENTE MORTOS.
- EX.: AMBOS MORREM EM UM ACIDENTE DE AVIÃO .
- IMPORTANTE P/ O DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES.

ASPECTOS GERAIS

- DIREITOS **INERENTES** A CONDIÇÃO DE HUMANO.
(DESDE O NASCIMENTO)
- SÃO **EXTRAPATRIMONIAIS**
(NÃO PODEM SER AVALIADOS PECUNIARIAMENTE)
- SÃO **INUMERÁVEIS**
(LISTA MERAMENTE EXEMPIFICATIVA)

CARACTERÍSTICAS

1. **ABSOLUTOS**:
PODEM SER OPOSTOS A TODOS.
2. **INTRANSMISSÍVEIS**:
INSEPARÁVEIS DE SEU TITULAR
SEUS EFEITOS PATRIMONIAIS SÃO
TRANSMISSÍVEIS/NEGOCIÁVEIS.
3. **INDISPONÍVEIS** (EM REGRA):
ESTÃO FORA DO COMÉRCIO.
4. **IRRENUNCIÁVEIS**:
SÃO INERENTES.
SEU EXERCÍCIO NÃO PODE SOFRER
LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA.
5. **IMPRESCRITÍVEIS**:
NÃO SE CONSOMEM C/ O TEMPO.

PESSOA
natural
= DIREITOS DA
PERSONALIDADE =

AMEAÇA OU LESÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE

- SE HOUVER { LESÃO, AMEAÇA, PODE-SE:
 - EXIGIR QUE CESSE
 - RECLAMAR PERDAS E DANOS
(SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES)

EM SE TRATANDO DE **MORTO**, TERÁ
LEGITIMAÇÃO P/ REQUERER:

- CÔNJUGE SOBREVIVENTE
- QUALQUER PARENTE EM LINHA RETA
- COLATERAL ATÉ O 4º GRAU.

DISPOSIÇÃO DO CORPO EM VIDA

- SALVO POR EXIGÊNCIA MÉDICA,
É **DEFESO** ATO DE DISPOSIÇÃO DO PRÓPRIO CORPO
QUANDO {
 - IMPORTAR DIMINUIÇÃO PERMANENTE
DA INTEGRIDADE FÍSICA OU
 - CONTRARIAR OS BONS COSTUMES
- SERÁ ADMITIDO P/ FINS DE **TRANSPLANTE**
(CONFORME LEI ESPECIAL)
- ESSA PROTEÇÃO É CONFERIDA DESDE A
CONCEPÇÃO E ATÉ A MORTE.

DISPOSIÇÃO DO CORPO P/ DEPOIS DA MORTE

- É VÁLIDA, COM OBJETIVO { CIENTÍFICO
ALTRUISTICO
- DEVE SER GRATUITA.
- PODE DISPOR SEU CORPO { NO TODO OU
EM PARTE.

DEVE HAVER CONSTATAÇÃO
DE MORTE ENCEFÁLICA.

- O ATO DE DISPOSIÇÃO PODE SER REVOGADO
A QUALQUER TEMPO.
- A PESSOA DEVE DEIXAR SUA VONTADE
EXPRESSA EM VIDA, OU ESSA DECISÃO
CABERÁ AOS FAMILIARES.

CONSTRANGIMENTO A TRATAMENTO MÉDICO OU INTERVENÇÃO CIRÚRGICA

- "NINGUÉM PODE SER CONSTRANGIDO A
SUBMETER-SE, COM RISCO DE VIDA,
RISCO CRIADO
OU AGRAVADO.

A { TRATAMENTO MÉDICO
INTERVENÇÃO CIRÚRGICA.

(LITERALIDADE C.C.)

PROTEÇÃO AO NOME

- TODOS TÊM DIREITO AO NOME
= PRENOME + SOBRENOME
- SEU NOME NÃO PODE SER EMPREGADO POR
OUTREM EM { PUBLICAÇÕES
REPRESENTAÇÕES QUE A
EXPONHAM AO DESPREZO PÚBLICO.
(AINDA QUE NÃO HAJA INTENÇÃO DIFAMATÓRIA)
- PROIBIDO SEU USO SEM AUTORIZAÇÃO EM
PROPAGANDA COMERCIAL.
- PROTEÇÃO SE ESTENDE AO PSEUDÔNIMO
(ADOPTADO P/
ATIVIDADES LÍCITAS)

PRODUÇÃO INTELECTUAL E DA IMAGEM

A DIVULGAÇÃO DE ESCRITOS
TRANSMISSÃO DA PALAVRA
PUBLICAÇÃO
EXPOSIÇÃO
UTILIZAÇÃO

DA IMAGEM

PODERÃO SER PROIBIDAS
SE LHE ATINGIREM:
• HONRA • BOA FAMA
• RESPEITABILIDADE OU
SE DESTINAREM A
FINS COMERCIAIS

SALVO SE { AUTORIZADOS OU
NECESSÁRIOS À { ADMINISTRAÇÃO
DA JUSTIÇA
MANUTENÇÃO DA
ORDEN PÚBLICA

MEDIANTE REQUERIMENTO E
SEM PREJUIZO DA INDENIZAÇÃO QUE COUBER

PESSOA
NATURAL
= DIREITOS DA
PERSONALIDADE =

pessoa
natural
= DIREITOS DA
PERSONALIDADE =

INTIMIDADE

- A VIDA PRIVADA DA PESSOA NATURAL É INVIOLÁVEL.
 - ↳ O JUIZ, A PEDIDO DO INTERESSADO, ADOPTARÁ AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS P/ { IMPEDIR
FAZER CESSAR
- INCUEM-SE OS DIREITOS:
 - AO SILÊNCIO
 - AO SOSSOEGO
 - AO SIGILO { DE CORRESPONDÊNCIA
TELEFÔNICO
VIA INTERNET
 - DE NÃO SER { OUVIDO
VISTO EM SUA INTIMIDADE
OBSERVADO

ASPECTOS GERAIS

- ONDE A PESSOA NATURAL ESTÁ **FIXADA**.
(NECESSIDADE JURÍDICA)
- ↳ ONDE ENCONTRÁ-LA CASO SEJA PRECISO.
- CONCEITO CRIADO POR **LEI**.

- **RESIDÊNCIA** = ONDE A PESSOA MORA
- **HABITAÇÃO/MORADIA** = CARÁTER DE TRANSITORIEDADE.
- **DOMICÍLIO CIVIL** = ONDE ESTABELECE SUA RESIDÊNCIA C/ **ÂNIMO DEFINITIVO**.
(CARACTERÍSTICA SUBJETIVA)

OBSERVAÇÕES

- SE NÃO TIVER RESIDÊNCIA HABITUAL, **DOMICÍLIO** = ONDE FOR **ENCONTRADA**.
- SE TIVER VÁRIAS RESIDÊNCIAS ONDE ALTERNADAMENTE VIVA, **DOMICÍLIO** = **QUALQUER UMA** DELAS

DOMICÍLIO PROFISSIONAL

- É TAMBÉM DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL, QUANTO ÀS **RELAÇÕES CONCERNENTES A PROFISSÃO**, O LUGAR ONDE ESTA É EXERCIDA.
- SE EXERCER PROFISSÃO EM **VÁRIOS LUGARES**, CADA UM DELES CONSTITUI DOMICÍLIO P/ AS RELAÇÕES QUE LHE CORRESPONDEREM.

CLASSIFICAÇÕES

QUANTO À ORIGEM:

- **DOMICÍLIO VOLTUNTÁRIO**:
 - A PESSOA ESCOLHE LIVREMENTE
- **DOMICÍLIO NECESSÁRIO (LEGAL)**:
 - IMPOSTO POR **LEI** (INDEPENDENTE DA VONTADE DAS PARTES)
 - OBRIGATÓRIO P/:
 - INCAPAZ
 - SERVIDOR PÚBLICO
 - MILITAR
 - MARÍTIMO
 - PRESO
 - DIPLOMATA

QUANTO À NATUREZA:

- **DOMICÍLIO GERAL**:
 - NECESSÁRIOS E VOLTUNTÁRIOS
- **DOMICÍLIO ESPECIAL**:
 - QUANDO DECORRE DE UM ACORDO ENTRE AS PARTES (EX.: CONTRATO)

MUDANÇA DE DOMICÍLIO

- C/ A TRANSFERÊNCIA DA RESIDÊNCIA COM **INTENÇÃO** DE MUDAR O DOMICÍLIO.

PROVA DA INTENÇÃO:

- DECLARAÇÃO DAS MUNICIPALIDADES OU (DE ONDE DEIXA E P/ ONDE VAI)
- PRÓPRIA MUDANÇA, C/ AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE A ACOMPANHAREM.

DOMICÍLIO

PESSOAS JURÍDICAS

ASPECTOS GERAIS

- ENTIDADES ÀS QUAS A LEI CONFERE **PERSONALIDADE**.
- TÊM **DIREITOS E OBRIGAÇÕES**.
- FORMADAS POR { CONJUNTO DE PESSOAS OU CONJUGAÇÃO PATRIMONIAL.
- **PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL**: O PATRIMÔNIO DA P.J. NÃO SE CONFUNDE C/O DE SEUS MEMBROS.

C.C. 2002: TEORIA DA REALIDADE TÉCNICA → A PERSONIFICAÇÃO É UM EXPEDIENTE TÉCNICO.
↳ ATRIBUTO DEFERIDO PELO ESTADO A ENTIDADES QUE PREENCHAM OS REQUISITOS.

CONSTITUIÇÃO

- PREENCHIMENTO DOS **REQUISITOS**:
 - VONTADE
 - OBEDIÊNCIA ÀS CONDIÇÕES LEGAIS
 - FINALIDADE ÚCITA.
- **INÍCIO DA EXISTÊNCIA LEGAL** = **INSCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS NO RESPECTIVO REGISTRO**
QUANDO **NECESSÁRIO**, PRECEDIDA DE **AUTORIZAÇÃO** OU **APROVAÇÃO** DO PODER **EXECUTIVO**.
- **DECAI EM 3 ANOS** DA PUBLICAÇÃO DA INSCRIÇÃO O DIREITO DE **ANULAR** A CONSTITUIÇÃO DA P.J. **POR DEFEITO** NO ATO.

CAPACIDADE

- = **PLENA E LIMITADA À FINALIDADE P/ QUE FOI CRIADA**.
- ↳ **PODERES ESTIPULADOS EM**:
 - LEI
 - ATOS CONSTITUTIVOS
 - ORDENAMENTO INTERNO.

NACIONALIDADE

NACIONAL

- ORGANIZADA CONFORME A **LEI BRASILEIRA**
- + **SEDE** DE SUA ADMINISTRAÇÃO **NO PAÍS**.

ESTRANGEIRA

- NÃO PODE FUNCIONAR NO PAÍS SEM **AUTORIZAÇÃO DO EXECUTIVO**.
- SE AUTORIZADA → SUJEITA-SE A LEIS E TRIBUNAIS BRASILEIROS
- + DEVE TER REPRESENTANTE NO BRASIL.
- PODE SER ACIONISTA DE S.A. BRASILEIRA.

PESSOAS JURÍDICAS = CLASSIFICAÇÕES =

ESTRUTURA INTERNA

CORPORAÇÃO

- CONJUNTO DE **PESSOAS** C/ VONTADE ÚNICA.
(EX.: SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES)

FUNDAÇÃO

- **PATRIMÔNIO** PERSONALIZADO DESTINADO A UM FIM.
(EX.: FUNDAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS)

FUNÇÃO E CAPACIDADE

P.J. DE DIREITO PÚBLICO

- AQUELAS PREVISTAS **EM LEI**.
- DE DIREITO PÚBLICO **INTERNO**:
 - UNIÃO + ESTADOS/DF + TERRITÓRIOS + MUNICÍPIOS
 - AUTARQUIAS + FUNDAÇÕES PÚBLICAS
 - DEMAIS DE CARÁTER PÚBLICO CRIADAS POR LEI.
- DE DIREITO PÚBLICO **EXTERNO**:
 - = ESTADOS ESTRANGEIROS
 - + PESSOAS REGULAMENTADAS PELO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

P.J. DE DIREITO PRIVADO (DECORE!)

- INSTITUÍDAS POR INICIATIVA DE **PARTICULARES**
- = ASSOCIAÇÕES (INCLUI SINDICATOS!)
- FUNDAÇÕES PARTICULARES
- SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIAS.
- ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS
- PARTIDOS POLÍTICOS
- EIRELIS

CUIDADO!
AS BANCAS ADORAM DIZER QUE SÃO DE DIREITO PÚBLICO!

PESSOAS JURÍDICAS



SOCIEDADES DE FATO

- = SOCIEDADES SEM PERSONALIDADE JURÍDICA:
 - NÃO FIZERAM SEU REGISTRO OU
 - NÃO TÊM AUTORIZAÇÃO LEGAL DE FUNCIONAÇÃO.
- SÃO REPRESENTADAS PELA PESSOA A QUEM COUBER A ADMINISTRAÇÃO DE SEUS BENS.
- SÃO IRREGULARES.



PRINCIPAIS GRUPOS DE PERSONALIZADOS

- **MASA FAUTA:**
 - CONJUNTO DE BENS APÓS A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA DA PJ.
 - REPRESENTADA PELO SÍNDICO.
- **HERANÇA JACENTE/VACANTE:**
 - QUANDO O DE CUJOS NÃO POSSUIA {TESTAMENTO OU HERDEIROS.
 - REPRESENTADA POR UM CURADOR.
- **ESPÓLIO:**
 - CONJUNTO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO DE CUJOS.
 - REPRESENTADA PELO INVENTARIANTE.
(ADMINISTRADOR PROVISÓRIO ANTES DA NOMEAÇÃO)
- **CONDOMÍNIO:**
 - PROPRIEDADE CONJUNTA/COMUM DE ALGO.
 - CONDOMÍNIOS DE EDIFÍCIOS (HÁ CONTROVÉRSIAS DOUTRINÁRIAS)
 - REPRESENTADO PELO SÍNDICO.
- **FAMÍLIA**
- **SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES DE FATO**

ASPECTOS GERAIS

- = UNIÃO DE PESSOAS ORGANIZADAS P/ **FINS NÃO ECONÔMICOS**.
- **NÃO HÁ**, ENTRE OS ASSOCIADOS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES RECÍPROCOS.
- SEU **LUCRO**, SE HOVER, DEVE SER **REINVESTIDO**.
(NÃO PODE SER DISTRIBUÍDO AO ASSOCIADO)
- POSSUEM NATUREZA ASSOCIATIVA:
 - PARTIDOS POLÍTICOS
 - SINDICATOS
 - ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS

ASSOCIADOS

- DEVEM TER **IGUAIS DIREITOS**, MAS O ESTATUTO **PODERÁ** INSTITUIR CATEGORIAS C/ **VANTAGENS ESPECIAIS**.
- SE O ESTATUTO **NÃO** DISPUSER, O CONTRÁRIO, A QUALIDADE DE ASSOCIADO É **INTRANSMISSÍVEL**.

A **TRANSFERÊNCIA** DE QUOTA/FRAÇÃO IDEAL **NÃO** IMPORTARÁ, POR SI SÓ, NA ATRIBUIÇÃO DA QUALIDADE DE ASSOCIADO.

- **EXCLUSÃO**: SÓ POR **JUSTA CAUSA** E C/ AMPLA DEFESA.

ASSEMBLEIA GERAL

COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS:

- DESTITUIR OS ADMINISTRADORES
- ALTERAR O ESTATUTO.

CONVOCAÇÃO

- NA FORMA DO ESTATUTO
- GARANTIDO A **1/5** DOS ASSOCIADOS

PESSOAS
jurídicas
TIPOLOGIAS
= ASSOCIAÇÕES =

DISPOSIÇÃO

- O REMANESCENTE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SERÁ **DESTINADO** A ENTIDADE DE FINS NÃO ECONÔMICOS DESIGNADA NO **ESTATUTO**, OU, SE OMISÃO, A INSTITUIÇÃO DE **FINS** IDÊNTICOS OU **SEMELHANTES**.
 - MUNICIPAL
 - ESTADUAL
 - FEDERAL
- SE NÃO HOVER, DEVOLVERÁ À FAZENDA DO ESTADO/DF OU DA UNIÃO.

ASPECTOS GERAIS

- = **PATRIMÔNIO** DESTINADO A UMA FINALIDADE.
- CRIADA POR:
 - ESCRITURA PÚBLICA } DOTAÇÃO ESPECIAL DE BENS LIVRES
 - TESTAMENTO }
- ESPECIFICANDO O **FIM** A QUE SE DESTINA E DECLARANDO, SE QUISER, A MANEIRA DE **ADMINISTRÁ-LA**.

FINALIDADES ADMITIDAS

- ASSISTÊNCIA SOCIAL
- CULTURA, DEFESA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
 - HISTÓRICO
 - ARTÍSTICO
- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- SEGURANÇA
 - AUMENTAR NUTRICIONAL
- DEFESA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE + DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
- PROMOÇÃO DA ÉTICA, CIDADANIA, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS.
- ATIVIDADES RELIGIOSAS
- PESQUISA CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS
- + MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO
- + PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS.

PESSOAS JURÍDICAS = FUNDAÇÕES =

INSTITUIÇÃO

- MODALIDADES:
 - **DIRETA** → A PRÓPRIA **PESSOA INSTITUIDORA** PROJETA E REGULAMENTA A FUNDAÇÃO.
 - **FIDUCIÁRIA** → O INSTITUIDOR **DELEGA** ESSAS FUNÇÕES.
- RECURSOS **INSUFICIENTES**:
 - OS BENS SERÃO INCORPORADOS EM OUTRA FUNDAÇÃO C/ FINS IDÊNTICOS OU SEMELHANTES. (SE DE OUTRO MODO NÃO DISPUSER O INSTITUIDOR)

PODE SER PESSOA NATURAL OU JURÍDICA

PARTICIPAÇÃO DO M.P.

- M.P. **DO ESTADO/DF** VELARÁ PELAS FUNDAÇÕES.
 - ↳ SE ATIVIDADES EM > 1 ESTADO, CABERÁ O ENCARGO AO MP DE **CADA ESTADO**.
 - ↳ SE NO DF OU TERRITÓRIOS → MP/DF.

EXTINÇÃO

- POR QUALQUER **INTERESSADO** OU **M.P.**.
- **HIPÓTESES**:
 - SE TORNAR IÚCTO SEU OBJETO.
 - FOR IMPOSSÍVEL SUA MANUTENÇÃO
 - SE VENCER O PRAZO DE SUA EXISTÊNCIA.
- SEU **PATRIMÔNIO** SERÁ INCORPORADO EM **OUTRA FUNDAÇÃO** C/ FINS IDÊNTICOS OU SEMELHANTES DESIGNADA PELO TUIZ. (SE DE OUTRO MODO NÃO DISPUSER O INSTITUIDOR)

PESSOAS JURÍDICAS = DESCONSIDERAÇÃO =

ASPECTOS GERAIS

- EM CASOS DE **ABUSO** DA PERSONALIDADE JURÍDICA =
 - DESVIO DE FINALIDADE
 - CONFUSÃO PATRIMONIAL
- P/ QUE SEJAM ATINGIDOS **BENS PARTICULARES** DOS SÓCIOS OU DE OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS.

TEORIA MAIOR

- REQUISITOS :
 - ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
 - PREJUÍZO
- ADOTADA PELO **CÓDIGO CIVIL**.

TEORIA MENOR

- ÚNICO REQUISITO = PREJUÍZO AO CREDOR
- ADOTADA PELA **JURISPRUDÊNCIA** EM RELAÇÕES DE **CONSUMO**. (POLÊMICO)

"DESCONSIDERAÇÃO INVERSA"

- O **SÓCIO**, C/ O OBJETIVO DE PREJUDICAR TERCEIROS, **OCULTA** OU **DESVIA** SEUS BENS PESSOAIS P/ A PESSOA JURÍDICA.

PODE-SE DESCONSIDERAR A P.J. P/ ATINGIR TAIS BENS.

CAEM MUITO EM PROVA!

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A **COMPROVAÇÃO DE INSOLVÊNCIA** NÃO É NECESSÁRIA P/ QUE SEJA FEITA A DESCONSIDERAÇÃO DA P.J.
- A APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO P.J. NÃO IMPLICA A DISSOLUÇÃO OU DA ANULAÇÃO DA SOCIEDADE.

BENS

BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS MÓVEIS

- = BENS SUSCETÍVEIS DE MOVIMENTO PRÓPRIO, OU REMOÇÃO POR FORÇA ALHEIA, SEM ALTERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU DA DESTINAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL.
- MATERIAIS DESTINADOS A UMA CONSTRUÇÃO, ENQUANTO NÃO EMPREGADOS = MÓVEIS.
(READQUIREM ESTA CONDIÇÃO OS PROVENIENTES DA DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO)
- MÓVEIS POR DETERMINAÇÃO LEGAL:
 - ENERGIAS C/ VALOR ECONÔMICO (GÁS, ENERGIA ELÉTRICA ...)
 - DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS + AÇÕES CORRESPONDENTES.
 - DIREITOS PESSOAIS DE CARÁTER PATRIMONIAL + RESPECTIVAS AÇÕES
- MÓVEIS POR ANTECIPAÇÃO:
 - = INCORPORADOS AO SOLO C/ A INTENÇÃO DE OPORTUNAMENTE SEPARÁ-LOS.

BENS IMÓVEIS

- = SOLO + O QUE NEVE SE INCORPORAR.
(NATURAL OU ARTIFICIALMENTE)
- NÃO PODEM SER TRANSPORTADOS OU REMOVIDOS SEM ALTERAÇÃO DE SUA SUBSTÂNCIA.
- NÃO PERDEM O CARÁTER DE IMÓVEIS: (DECORE!)
 - EDIFICAÇÕES REMOVIDAS E TRANSPORTADAS P/ OUTRO LOCAL, CONSERVADA SUA UNIDADE.
 - MATERIAIS PROVISORIAMENTE SEPARADOS DE UM PRÉDIO P/ NEVE SE REEMPREGAREM.
- IMÓVEIS POR DETERMINAÇÃO LEGAL:
 - DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS E AÇÕES QUE OS ASSEGURAM.
 - DIREITO À SUCESSÃO ABERTA (HERANÇA)

BENS



BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS FUNGÍVEIS → ATRIBUTO EXCLUSIVO DE BENS MÓVEIS.

- = MÓVEIS QUE **PODEM SUBSTITUIR-SE** POR OUTROS DA MESMA

{	ESPÉCIE
	QUANTIDADE
	QUANTIDADE

EX.: DINHEIRO.

MÚTUO = EMPRÉSTIMO DE COISAS FUNGÍVEIS.

BENS INFUNGÍVEIS

- AQUELES QUE **NÃO** PODERAM SER SUBSTITUÍDOS.
- = SÃO ÚNICOS/PERSONALIZADOS.

EX.: QUADRO FAMOSO.

É POSSÍVEL QUE UM BEM FUNGÍVEL POR NATUREZA SEJA INFUNGÍVEL POR VONTADE DAS PARTES.

BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS CONSUMÍVEIS

- = MÓVEIS:
 - CUTO USO → **DESTRUIÇÃO IMEDIATA**. (DE FATO)
 - DESTINADOS À **AUENAÇÃO**. (DE DIREITO)

BENS INCONSUMÍVEIS

- = **PODEM SER USADOS DE FORMA CONTÍNUA SEM PERDER SUA SUBSTÂNCIA OU SER DESTRUÍDOS.** (OBSERVAR A DESTINAÇÃO ECONÔMICO-JURÍDICA)

BENS DIVISÍVEIS

- = **PODEM SER FRACIONADOS SEM**:
 - ALTERAÇÃO NA SUA SUBSTÂNCIA
 - DIMINUIÇÃO CONSIDERÁVEL DE VALOR
 - PREJUÍZO A SEU USO.

EX.: SACOS DE ARROZ.

BENS INDIVISÍVEIS

- = **NÃO** PODERAM SER FRACIONADOS NAS CONDIÇÕES ACIMA.

EX.: QUADRO DO PICASSO.

- BENS DIVISÍVEIS **PODEM TORNAR-SE INDIVISÍVEIS** POR

{	DETERMINAÇÃO DA Lei
	VONTADE DAS PARTES.

BENS

BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS SINGULARES

- = BENS QUE, EMBORA REUNIDOS, SE CONSIDERAM DE **PER SI**, INDEPENDENTEMENTE DOS DEMAIS. (SÃO ANALISADOS EM SUA INDIVIDUALIDADE)

TIPOS:

- **SIMPLES**: SUAS PARTES SÃO UNIDAS POR NATUREZA.

EX.: BOIS.

- **COMPOSTOS**: SUAS PARTES SÃO UNIDAS POR ESFORÇO DO HOMEM.

EX.: CARROS, CASAS...

- PARTES **INTEGRANTES** → **MANTÊM** SUA IDENTIDADE QUANDO UNIDAS P/ FORMAR UMA COISA COMPOSTA.

- PARTES **COMPONENTES** → **PERDEM** SUA IDENTIDADE QUANDO UNIDAS P/ FORMAR UMA COISA COMPOSTA.

BENS COLETIVOS (OU UNIVERSAIS)

- FORMAM UM **TODO ÚNICO**, QUE PASSA A TER UMA **IDENTIDADE PRÓPRIA**. (DIFERENTE DAQUELA DAS PARTES)

EX.: FLORESTA, REBANHO

- ABRANGEM AS **UNIVERSALIDADES**:

- DE **FATO**: PLURALIDADE DE **BENS SINGULARES** QUE, PERTINENTES À MESMA PESSOA, TENHAM **DESTINAÇÃO UNITÁRIA**.

- BENS QUE FORMAM ESSA UNIVERSALIDADE PODEM SER OBJETO DE **RELAÇÕES JURÍDICAS PRÓPRIAS**.

EX.: GALERIA DE OBRAS DE ARTE.

- DE **DIREITO**: COMPLEXO DE **RELAÇÕES JURÍDICAS**, DE UMA PESSOA, DOTADAS DE **VALOR ECONÔMICO**.

- ADVÉM DA **LEI**.

EX.: PATRIMÔNIO.

BENS



BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS

- RELAÇÃO ENTRE OS BENS.

BENS PRINCIPAIS

- EXISTE SOBRE SI
= TEM EXISTÊNCIA PRÓPRIA.
(ABSTRATA OU CONCRETAMENTE)

BENS ACESSÓRIOS

- CUJA EXISTÊNCIA PRESUPÕE A DO PRINCIPAL.
- REGRA: O BEM ACESSÓRIO SEGUE O DESTINO DO PRINCIPAL:
 - PRINCÍPIO DA GRAVITAÇÃO JURÍDICA: A NATUREZA JURÍDICA DO ACESSÓRIO É A MESMA NATUREZA DO PRINCIPAL.
 - O PROPRIETÁRIO DO PRINCIPAL É TAMBÉM DO ACESSÓRIO
- CLASSES:
 - FRUTOS
 - PRODUTOS
 - BENFEITORIAS



FRUTOS

- = UTILIDADES QUE UMA COISA PERIODICAMENTE SUBSTÂNCIA PRODUZ, SEM SOFRER ALTERAÇÃO EM SUA E SENDO SEPARÁVEL.
- QUANTO À ORIGEM:
 - NATURAIS
 - CIVIS
 - INDUSTRIAIS
- QUANTO AO ESTADO:
 - PENDENTES → AINDA LIGADOS À COISA.
 - PERCEBIDOS/COlhIDOS → JÁ SEPARADOS.
 - ESTANTES → SEPARADOS E ARMAZENADOS P/ VENDA.
 - PERCIPIENDOS → DEVIAM TER SIDO COLHIDOS, MAS NÃO FORAM.
 - CONSUMIDOS → NÃO MAIS EXISTEM.

O POSSUIDOR DE BOA-FÉ, ENQUANTO ELA DURAR, TEM DIREITO AOS FRUTOS PERCEBIDOS. (O DE MÁ-FÉ, NÃO!)

BENS

BENS ACESSÓRIOS

PRODUTOS

- = ALGO QUE AO SER RETIRADO **DIMINUI-QUE** A QUANTIDADE.
- **NÃO** SE REPRODUZEM **PERIODICAMENTE**.
- EX.: METAIS.

BENFEITORIAS

- = MELHORAMENTOS ACRESCIDOS À COISA.
(EM BEM JÁ EXISTENTE)
- **NECESSÁRIAS**: P/ EVITAR QUE SE DETERIORE OU CONSERVA-LA.
- **ÚTEIS**: P/ AUMENTAR SEU VALOR.
→ AUMENTAM OU FACILITAM O USO DA COISA.
- **VOLUPTUÁRIAS**: P/ TORNÁ-LA MAIS VISTOSA OU AGRADÁVEL.
→ AS DE MERO DELEITE OU RECREIO, QUE NÃO AUMENTAM O USO HABITUAL DO BEM, AINDA QUE {O TORNEM MAIS AGRADÁVEL SEJAM DE ELEVADO VALOR

NÃO SÃO ACESSÓRIOS!

PERTENÇAS

- = BENS QUE, NÃO SENDO PARTES INTEGRANTES, SE DESTINAM, DE MODO DURADOURO, A:
 - USO
 - SERVIÇO
 - AFORMOSEAMENTO
 } DE OUTRO
- SUA EXISTÊNCIA **NÃO** ESTÁ **SUBORDINADA** À DO PRINCIPAL.
(NÃO "SEGUE O PRINCIPAL")

ASPECTOS GERAIS

- = BENS DE DOMÍNIO NACIONAL PERTENCENTES A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO.
 - ↳ UNIÃO, ESTADOS/DF, MUNICÍPIOS, TERRITÓRIOS
- OS DEMAIS SERÃO BENS PARTICULARES INDEPENDENTEMENTE DE SEUS TITULARES.

CARACTERÍSTICAS

- **INAALIENABILIDADE**: APUCA-SE AOS BENS DE USO { COMUM (ENQUANTO GUARDAREM ESPECIAL A AFETAÇÃO PÚBLICA)
 - ↳ OS BENS DOMINIAIS PODEM SER ALIENADOS (OS DESAFETADOS TORNAM-SE DOMINIAIS)
- **IMPRESCRITIBILIDADE**: NÃO PODEM SER ADQUIRIDOS POR USUCAPIÃO.
 - ↳ APUCA-SE A TODOS OS BENS PÚBLICOS, INCLUSIVE OS DOMINIAIS
- **IMPENHORABILIDADE**: NÃO PODEM SER DADOS EM GARANTIA.

BENS PÚBLICOS

CLASSIFICAÇÃO:

CONFORME O MODO DE UTILIZAÇÃO DO BEM

BENS DE USO COMUM DO POVO

- PODER SER UTILIZADOS, SEM RESTRIÇÕES, DE FORMA GRATUITA OU ONEROSA, POR TODOS.
(SEM NECESSIDADE DE QUALQUER PERMISSÃO)
- EX.: RIOS, MARES, RUAS, PRAÇAS.

BENS DE USO ESPECIAL

- POSSUEM UMA DESTINAÇÃO ESPECIAL → SÃO USADOS PELO PRÓPRIO PODER PÚBLICO P/ EXECUÇÃO DE SEUS SERVIÇOS PÚBLICOS.
- EX.: EDIFÍCIOS/TERRENOS DESTINADOS A SERVIÇO OU ESTABELECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.

BENS DOMINIAIS

- = QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO DA { UNIÃO
ESTADOS/DF
MUNICÍPIOS
(MÓVEIS E IMÓVEIS)
- NÃO SÃO AFETADOS A QUALQUER DESTINO PÚBLICO.
- EX.: TERRAS DEVOLUTAS, OFICINAS, FAZENDAS E INDÚSTRIAS PERTENCENTES AO ESTADO.
- NÃO DISPONDO A LEI EM CONTRÁRIO, SÃO DOMINIAIS OS BENS PERTENCENTES A P.J. DE DIREITO PÚBLICO A QUE SE TENHA DADO ESTRUTURA DE DIREITO PRIVADO.

atos e fatos jurídicos

FATO JURÍDICO

- ACONTECIMENTO COM REPERCUSSÕES JURÍDICAS (EFEITOS JURÍDICOS).
 ↳ EX.: AQUISIÇÃO, CONSERVAÇÃO, TRANSFERÊNCIA, (...) DE DIREITOS.
- TIPOS DE FATOS JURÍDICOS:
- NATURAL (FATO JURÍDICO STRICTO SENSU)
 - ↳ INDEPENDE DA VONTADE HUMANA
 - ↳ PODE SER:
 - ORDINÁRIO
 - EXTRAORDINÁRIO
- HUMANO (= ATO JURÍDICO)

ATO JURÍDICO

- AÇÃO HUMANA.
- TIPOS:
- ATO ILÍCITO (= DE EFEITO INVOLUNTÁRIO)
- ATO LÍCITO: DECORREM DE MANIFESTAÇÃO DE VONTADE.
 - STRICTO SENSU (ATO NÃO NEGOCIAL)
 - EFEITOS PREVISTOS EM LEI.
 - INDEPENDE DA VONTADE DAS PARTES (NÃO IMPORTA A VONTADE DAS PARTES)
 - APLICAM-SE, NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.
 - NEGÓCIO JURÍDICO (= ATO NEGOCIAL)
 - APLICA-SE A AUTONOMIA PRIVADA.
 - RESULTA NOS EFEITOS DESEJADOS PELAS PARTES

NÚMERO DE PARTES

UNILATERAIS

- HÁ APENAS **UMA** DECLARAÇÃO DE **VONTADE**.
- PODE ENVOLVER **UM OU MAIS SUJEITOS**.
- EX.: INSTITUIÇÃO DE UMA FUNDAÇÃO POR DUAS PESSOAS.
- **ATO RECEPTÍCIO** → O CONHECIMENTO DA PESSOA A QUE É DIRIGIDO É NECESSÁRIO.

BIATERAIS

- HÁ **DUAS MANIFESTAÇÕES** DE VONTADE EM SENTIDO CONTRÁRIO, MAS COINCIDENTES NO OBJETO.

TIPOS:

• **SIMPLES:**

VANTAGENS P/ UMA PARTE + ÔNUS P/ A OUTRA.
 CUIDADO! É BIATERAL!

- EX.: COMODATO, **DOAÇÃO**...

• **SINALAGMÁTICOS:**

HÁ ÔNUS E VANTAGENS **RECÍPROCOS**.

- EX.: ALUGUEL, COMPRA E VENDA ...

NEGÓCIO PLURIATERAL = MAIS QUE DUAS PARTES ENVOLVIDAS

CONTEÚDO

PATRIMONIAIS → ORIGINAM DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE CONTEÚDO ECONÔMICO.

EXTRAPATRIMONIAIS → RELACIONADOS

A DIREITOS (PESSOAS) { **PERSONALÍSSIMOS** E DE FAMÍLIA

NEGÓCIOS JURÍDICOS
= CLASSIFICAÇÕES =

TEMPO DOS EFEITOS

INTER VIVOS → CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS OCORREM DURANTE A VIDA DOS INTERESSADOS.

MORTIS CAUSA → REGULAM AS RELAÇÕES APÓS A MORTE DO SUJEITO (DECLARANTE)
→ SÃO SEMPRE NOMINADOS / TÍPICOS

VANTAGENS QUE PRODUZEM

A TÍTULO GRATUITO

- **NÃO** HA' CONTRAPRESTAÇÕES.
 - ↳ UMA PARTE AUMENTA SEU PATRIMÔNIO E O DA OUTRA DIMINUI.

A TÍTULO ONEROSO

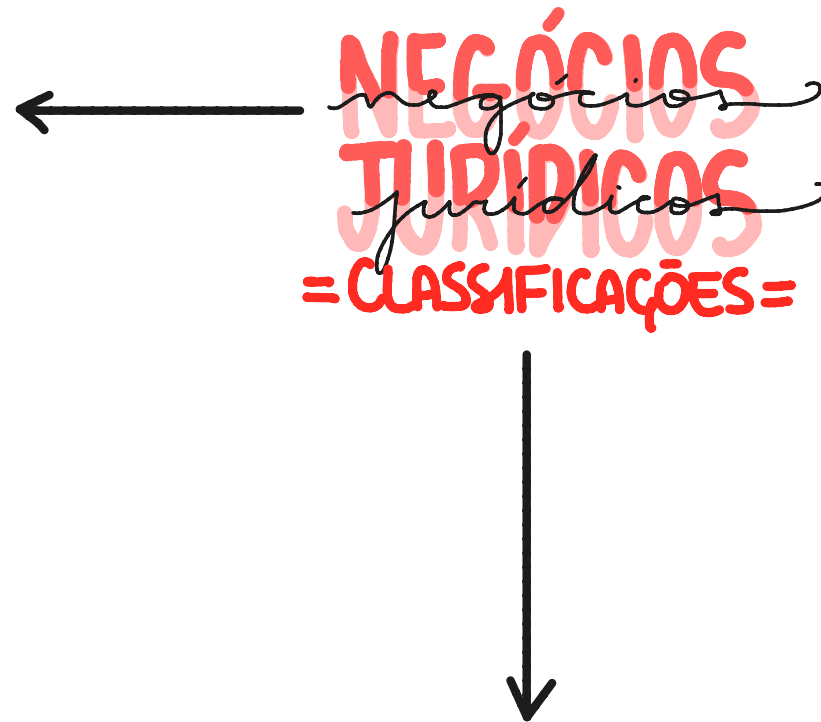
- **MÚTUA** TRANSMISSÃO.
 - ↳ VISAR, RECIPROCAMENTE, OBTER VANTAGENS.
- TIPOS:
 - COMUTATIVOS:
 - TÊM PRESTAÇÕES { EQUIVALENTES CERTAS DETERMINADAS
 - ALEATÓRIOS:
 - A PRESTAÇÃO DE UMA DAS PARTES DEPENDE DE ACONTECIMENTOS **INCERTOS E INESPERADOS**.

NEUTROS

- **NÃO** HA' UMA ATRIBUIÇÃO PATRIMONIAL DETERMINADA.
- = DESTINAÇÃO DE BENS A UMA **FINALIDADE**.

BIFRONTES

- PODEM SER **ONEROSOS** OU **GRATUITOS** A CRITÉRIO DAS PARTES.
- EX.: MÚTUA, MANDATO, DEPÓSITO.



FORMA

FORMAIS (SOLENNES)

- EXIGEM **FORMA ESPECIAL**, PRESCRITA EM **LEI**.
- EX.: TESTAMENTOS.

NÃO FORMAIS

- **NÃO** EXIGEM **FORMA ESPECIAL** OU **SOLENNIDADES**. (PODEM SER ATÉ VERBAIS)
- É A REGRA: A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE VONTADE **NÃO DEPENDE** DE FORMA ESPECIAL (SÓ QUANDO A LEI EXPRESAMENTE EXIGIR)

ELEMENTOS ESSENCIAIS

- **FORMA** PRESCRITA OU NÃO DEFESA EM LEI.
- AGENTE **CAPAZ**
- OBJETO
 - ÚCITO
 - POSSÍVEL
 - DETERMINADO OU DETERMINÁVEL

AGENTE

- VALIDADE DO ATO → AGENTE **CAPAZ**.
DEVE SER AFERIDA NO MOMENTO DO ATO.
- ATO PRATICADO POR AGENTE:

ABSOLUTAMENTE INCAPAZ (REPRESENTADO) → NULO

RELATIVAMENTE INCAPAZ (ASSISTIDO) → ANULÁVEL

IMPORTANTE!

A INCAPACIDADE RELATIVA DE UMA DAS PARTES: **NÃO** PODE SER **INVOCADA** PELA OUTRA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO
+ **NÃO APROVEITA** AOS INTERESSADOS CAPAZES

→ **SAUO** SE INDIVISÍVEL O OBJETO DO DIREITO/OBRIGAÇÃO COMUM.

OBJETO

- = **VANTAGENS** AUFERIDAS PELAS PARTES.
- DEVE SER:
 - ÚCITO (O ÚCITO NÃO É NEGÓCIO JURÍDICO)
 - POSSÍVEL
 - IMPOSSIBILIDADE:
 - ABSOLUTA → COMUM A TODOS.
 - RELATIVA → SOMENTE O AGENTE. (NÃO INVÁLIDA O N.J.)
- DETERMINADO OU DETERMINÁVEL (NO MOMENTO DE SUA CONCRETIZAÇÃO)

FORMA

PRESCRITA OU NÃO DEFESA } EM LEI.
• EM **REGRA**, A FORMA É **LIVRE**.
• NO N.J. CELEBRADO C/ A **CLÁUSULA** DE NÃO VALER SEM INSTRUMENTO PÚBLICO, ESTE É DA **SUBSTÂNCIA DO ATO**.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- A **MANIFESTAÇÃO** DE VONTADE **SUBSISTE** AINDA QUE SEU AUTOR HAJA FEITO **RESERVA MENTAL** DE NÃO QUERER O QUE MANIFESTOU
SAUO SE O DESTINATÁRIO SABIA
- A **INTENÇÃO** DA DECLARAÇÃO **PREVALECE** SOBRE O SENTIDO LITERAL.
- **SILÊNCIO** = ANUÊNCIA **SE**:
 - CIRCUNSTÂNCIAS OU USOS O AUTORIZAREM
 - NÃO FOR NECESSÁRIA DECLARAÇÃO EXPRESSA.

NEGÓCIOS JURÍDICOS
= ELEMENTOS =

NEGÓCIOS JURÍDICOS

ELEMENTOS ACIDENTAIS

- PODER SER ACRESCENTADOS PELA **VONTADE** DOS AGENTES/ PARTES.
- SÃO EVES { CONDIÇÃO
TERMO
ENCARGO.

CONDIÇÃO

- = CLÁUSULA QUE **SUBORDINA O EFEITO** DO NEGÓCIO JURÍDICO A EVENTO { FUTURO E
INCERTO
- + DERIVADA EXCLUSIVAMENTE DA **VONTADE** DAS PARTES.
- **ATOS PUROS** → NÃO ADMITEM CONDIÇÃO (DIREITOS DE FAMÍLIA, PERSONALÍSSIMOS)
- **CONDIÇÕES DEFESAS:**
 - **PRIVAM** O N.J. DE TODO O **EFEITO**
 - **SUBJETAM** O N.J. AO **PURO ARBITRÁRIO** DE UMA DAS PARTES (= POTESTATIVOS PUROS).
- CONTRÁRIA A { LEI
ORDEM PÚBLICA
BONS COSTUMES
- **CONDIÇÕES QUE INVALIDAM O N.J.:**
 - **SUSPENSIVAS:** FÍSICA OU JURIDICAMENTE **IMPOSSÍVEIS**
 - **ILÍCITAS** OU DE FAZER COISA ILÍCITA.
 - **INCOMPREENSÍVEIS** OU **CONTRADITÓRIAS**
 - SÃO **INEXISTENTES** AS CONDIÇÕES DE **NÃO FAZER COISA IMPOSSÍVEL**.

TIPOS:

• CONDIÇÃO **SUSPENSIVA:**

- **PROTEGE** A EFICÁCIA DO N.J.
- NÃO SE ADQUIRE O DIREITO ENQUANTO NÃO SE VERIFICAR A CONDIÇÃO.

MAS A PESSOA QUE ESTABELECEU A CONDIÇÃO NÃO PODE MAIS DISPOR LIVREMENTE DA COISA.

• CONDIÇÃO **RESOLUTIVA:**

- **SUBORDINA** A INEFICÁCIA DO N.J. A UM EVENTO FUTURO/INCERTO.
- ENQUANTO NÃO OCORRER, VIGORA O N.J.
- SÃO **INEXISTENTES** SE **IMPOSSÍVEIS**

• QUANTO À OCORRÊNCIA:

- **PENDENTE** (AINDA NÃO OCORREU)
- **IMPLEMENTADA** (VERIFICADA A CONDIÇÃO)
- **FRUSTRADA** (NÃO SE REALIZA)

• QUANTO À VONTADE:

- **CASUAL (CAUSAL)** → DEPENDE DE FATO ALHEIO À VONTADE DAS PARTES.
- **POTESTATIVA** → DECORREM DA VONTADE DAS PARTES

NEGÓCIOS JURÍDICOS

- TERMO** → EVENTO { FUTURO E CERTO (AINDA QUE O MOMENTO SEJA INDETERMINADO)
- MARCA O **INÍCIO/FIM** DA EFICÁCIA DO N.J..
 - DETERMINADO PELAS PARTES.
 - APUCAM-SE, NO QUE COUBER, AS **DISPOSIÇÕES** RELATIVAS ÀS **CONDIÇÕES**.

TIPOS:

- **TERMO INICIAL**: DIA A PARTIR DO QUAL SE PODE EXERCER O DIREITO. (SUSPENSIVO)
 - SUSPENDE O **EXERCÍCIO**, MAS **NÃO** A AQUISIÇÃO DO **DIREITO**. (DIFERENTE DA CONDIÇÃO!)
- **TERMO FINAL**: ENCERRA A PRODUÇÃO DE EFEITOS. (EXTINTIVO)
- **TERMO CERTO**:
 - DATA CERTA JÁ DEFINIDA
 - O DEVEDOR É AUTOMATICAMENTE CONSIDERADO INADIMPUENTE.
- **TERMO INCERTO**:
 - NÃO SE SABE AO CERTO A DATA FINAL.
 - O CREDOR DEVE INTERPELAR O DEVEDOR.

ENCARGO

- = **RESTRIÇÃO** A UMA LIBERDADE CONCEDIDA:
 - ESTABELECEndo FINALIDADE AO OBJETO DO N.J.
 - IMPONDO UMA OBRIGAÇÃO AO FAVORECIDO
- SE NÃO FOR CUMPRIDO, A LIBERDADE PODE SER **REVOGADA**.
- CONSIDERA-SE **NÃO ESCRITO** O ENCARGO:
 - ILÍCITO OU IMPOSSÍVEL } **SALVO** SE FOR O **MOTIVO DETERMINANTE** DA LIBERDADE INVALIDARÁ O N.J. ←

OBSERVAÇÃO:

- OS N.J. ENTRE VIVOS, **SEM PRAZO**, SÃO EXEQUÍVEIS **DESDE LOGO**, **SALVO** SE A EXCUÇÃO:
 - TIVER DE SER FEITA EM LUGAR DIVERSO
 - DEPENDER DE TEMPO

ASPECTOS GERAIS

CATEGORIAS:

- INEXISTÊNCIA DOS N.J.
- NUUOADE DO N.J. (ABSOWTA)
- ANULABIU DADE (NUUOADE RELATIUA)

INEXISTÊNCIA DOS N.J.

- SÓ HÁ APARÊNCIA DE ATO/NEGÓCIO JURÍDICO.
- NÃO POSSUI CONTEÚDO JURÍDICO.

NUUOADE DO N.J. (ABSOWTA)

- DEUIDA AO NÃO CUMPRIMENTO DE ALGUM REQUISITO ESSENCIAL.
= CAUSAS DE ORDEM PÚBLICA
- PODE SER ALEGADA POR:
 - QUALQUER INTERESSADO
 - M.P. QUANDO LHE COUBER INTERVIR.
- DEUEM SER PRONUNCIADAS PELO JUIZ, NÃO LHE SENDO PERMITIDO SUPRI-LAS.
(AINDA QUE A REQUERIMENTO DAS PARTES)
- A NUUOADE RETROAGE ATÉ O MOMENTO DE FORMAÇÃO DO ATO.
- NÃO PODE SER CONFIRMADO PELAS PARTES.
(SE TIVER OS REQUISITOS DE OUTRO, É POSSÍVEL SUA CONVERSÃO)
- PODE SER TOTAL OU PARCIAL.
NÃO PREJUDICA A PARTE VÁUIDA (SE SEPARÁVEL)

INVALIDADE DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

IMPUCA

INVALIDADE DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

NEGÓCIOS JURÍDICOS = INVALIDADES =

SIMULAÇÃO

- VONTADE INTERNA \neq DECLARADA
- HÁ CONLUÍO ENTRE AS PARTES.
- RESSALUAM-SE OS DIREITOS DE TERCEIROS DE BOA-FÉ.
- TIPOS:
 - SIMULAÇÃO: CRIA APARENTEMENTE UM N.J. QUE, DE FATO, NÃO EXISTE OU
 - DISSIMULAÇÃO: OCULTA, SOB DETERMINADA APARÊNCIA, O NEGÓCIO REALMENTE QUERIDO.
→ SUBSISTIRÁ O QUE DISSIMULOU SE VÁUIDO NA { FORMA E SUBSTÂNCIA } = SIMULAÇÃO PARCIAL

HIPÓTESES IMPORTANTES:

- POR ABSOWTAMENTE INCAPAZ.
- ILÍCITO, IMPOSSÍVEL OU INDETERMINADO.
- MOTIVO ILÍCITO
- PRETERIR SOUENIDADE ESSENCIAL.
- OBJETIVO DE FRAUDAR A LEI.
- NÃO TER A FORMA PRESCRITA EM LEI.
- SIMULAÇÃO
- A LEI TAXATIVAMENTE O DECLARÁ-LO.
(EX.: É NULO O CONTRATO DE COMPRA E VENDA, QUANDO SE DEIXA A FIXAÇÃO DO PREÇO AO ARBITRÍO DE UMA DAS PARTES)

ANULABILIDADE (NUIDADE RELATIVA)

- CONCEDIDA A PEDIDO DO INTERESSADO.
PODE CONFORMAR-SE C/O ATO
- HIPÓTESES:
 - CASOS DECLARADOS EM UEL.
 - INCAPACIDADE RELATIVA DO AGENTE.
 - VÍCIO RESULTANTE DE:
 - ERRO • Dolo • COAÇÃO
 - ESTADO DE PERIGO • LESÃO
 - FRAUDE CONTRA CREDORES
- ANULAÇÃO DEPENDE DE SENTENÇA E NÃO PODE SER DECLARADA DE OFÍCIO.
- OS EFEITOS DA ANULAÇÃO NÃO RETROAGEM.
(EX NUNC)
- TEM PRAZO DECADENCIAL.
- OBSERVAÇÕES:
 - O MENOR, ENTRE 16 E 18 ANOS, NÃO PODE, P/ EXIMIR-SE DE UMA OBRIGAÇÃO, INVOCAR SUA IDADE, SE:
 - DOLOSAMENTE A OCULTOU OU
 - DECLAROU-SE MAIOR
 - NINGUÉM PODE RECLAMAR O QUE PAGOU A UM INCAPAZ, POR UMA OBRIGAÇÃO ANULADA, SE NÃO PROVAR QUE REVERTEU EM PROVEITO DELE A IMPORTÂNCIA PAGA.

NEGÓCIOS
JURÍDICOS
= INVALIDADES =

CONFIRMAÇÃO

- O N.J. ANULÁVEL PODE SER CONFIRMADO PELAS PARTES.
→ SALVO DIREITO DE TERCEIROS
- TIPOS:
 - EXPRESSA: DEVE CONTER A SUBSTÂNCIA DO N.J. E A VONTADE EXPRESSA DE MANTÊ-LO.
→ DEVE TER A MESMA FORMA DO ATO.
 - TÁCITA: QUANDO O ATO JÁ FOI CUMPRIDO EM PARTE E O DEVEDOR ESTAVA CIENTE DO VÍCIO.

NEGÓCIOS JURÍDICOS

negócios jurídicos

= DEFEITOS =

ASPECTOS GERAIS

- SÃO CASOS DE **ANULABILIDADE** DO N.J..
- **TIPOS** DE DEFEITOS:
 - ERRO • DOLO • COAÇÃO
 - ESTADO DE PERIGO • LESÃO
 - FRAUDE CONTRA CREDORES

ERRO

- A PARTE TEM UMA **NOÇÃO INEXATA** SOBRE ALGO/ALGUÉM QUE INFLUENCIA SUA **VONTADE**.
- **NÃO** PODE HAVER **DOLO** PELA OUTRA PARTE OU TERCEIRO.
- **REQUISITOS** P/ PODER ANULAR O N.J.:
 - SUBSTANCIAL OU ESSENCIAL:
 - INTERESSA A

{	NATUREZA DO N.J.
	OBJETO PRINCIPAL
	QUALIDADES ESSENCIAIS.
 - CON CERNE A IDENTIDADE/QUALIDADE ESSENCIAL DA PESSOA A QUEM SE REFIRA A DECLARAÇÃO.
 - MOTIVO ÚNICO/PRINCIPAL DO N.J.
 - **ESCUSÁVEL**: QUE PODERIA SER PERCEBIDO POR PESSOA DE DILIGÊNCIA NORMAL EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO NEGÓCIO.
 - **ERRO ACIDENTAL** NÃO É SUFICIENTE P/ ANULAR O N.J.
 - **ERRO DE CÁLCULO** SÓ AUTORIZA A RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO.

DOLO

- **ERRO** INTENCIONALMENTE **PROVOCADO** NA VÍTIMA.
- **TIPOS**:
 - **PRINCIPAL/ESSENCIAL** → É CAUSA DO N.J.
 - O N.J. SERÁ ANULÁVEL.
 - **ACIDENTAL** → O N.J. SERIA REALIZADO, MAS DE OUTRO MODO.
 - SÓ OBRIGA SATISFAÇÃO DE PERDAS E DANOS.
- **DOLO DE TERCEIRO**: P/ ACARRETTAR NULIDADE, A PARTE A QUEM APROVEITA DEVE **SABER** OU TER O DEVER DE SABER DO DOLO.
 - SE NÃO SABIA, O TERCEIRO RESPONDE POR

{	PERDAS
	E DANOS.
- **DOLO DE REPRESENTANTE**:
 - **LEGAL** → O REPRESENTADO RESPONDE ATÉ O LIMITE DO PROVEITO QUE TEVE.
 - **CONVENCIONAL** → O REPRESENTADO RESPONDE SOLIDARIAMENTE POR

{	PERDAS
	E DANOS.

ESTADO DE PERIGO

- A PARTE, AGINDO POR NECESSIDADE P/ EVITAR GRAVE DANO, ASSUME OBRIGAÇÃO EXCESSIVAMENTE ONEROSA.

→ P/ SALVAR:

- SI MESMO
- SUA FAMÍLIA
- TERCEIRO, CONFORME DECISÃO DO JUIZ.

- A OUTRA PARTE CONHECIA DO PERIGO.

COAÇÃO

• TIPOS:

- FÍSICA → COAÇÃO ABSOLUTA.
- MORAL → COAÇÃO RELATIVA.
- ↳ = VÍCIO DE CONSENTIMENTO.

- DEVE INCUTIR FUNDADO TEMOR DE DANO IMINENTE E CONSIDERÁVEL A:

- SI MESMO • SEUS BENS
- SUA FAMÍLIA
- TERCEIRO, CONFORME DECISÃO DO JUIZ.

- + SER O MOTIVO DETERMINANTE DO N.J.

- COAÇÃO DE TERCEIRO: P/ ACARREJAR NULIDADE, A PARTE A QUEM APROVEITA DEVE SABER OU TER O DEVER DE SABER DA COAÇÃO.

(A PARTE RESPONDE SOLIDARIAMENTE C/ O TERCEIRO)

- SE NÃO SABIA, O TERCEIRO RESPONDE POR PERDAS E DANOS. (E O N.J. SUBSISTE)

NEGÓCIOS JURÍDICOS = DEFEITOS =

LESÃO

(REQUISITO SUBJETIVO)

- UMA PARTE, ABUSANDO DA INEXPERIÊNCIA OU PREMENTE NECESSIDADE DA OUTRA, OBTÉM VANTAGEM: (REQUISITO OBJETIVO)

- MANIFESTAMENTE DESPROPORCIONAL
- EXAGERADAMENTE EXORBITANTE. (= RISCO PATRIMONIAL)

FRAUDE CONTRA CREDORES

- ATOS, POR PARTE DO DEVEDOR, QUE DESFALCAM SEU PATRIMÔNIO P/ COLOCÁ-LO A SALVO DE UMA EXECUÇÃO POR DÍVIDAS.

• REQUISITOS:

- SUBJETIVO → CONLUIO FRAUDULENTO (= MÁ-FÉ TAMBÉM DA OUTRA PARTE)
- OBJETIVO → INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR.

NÃO É COAÇÃO:

- A AMEAÇA DO EXERCÍCIO NORMAL DE UM DIREITO.
"VOU PROTESTAR O TÍTULO!"
- SIMPLES TEMOR REVERENCIAL.
"NÃO QUERO DESAGRADAR MEU PAI/CHEFE"

PRESCRIÇÃO



DECADÊNCIA

PERDE-SE A PRETENSÃO À AÇÃO (POR VIA REFLEXA, NÃO SE CONSEGUE EXERCER O DIREITO MATERIAL)	PERDE-SE O PRÓPRIO DIREITO MATERIAL (DIREITO POTESTATIVO)
NÃO CORRE CONTRA AQUELES DOS ARTS. 197 E 198 DO C.C. (MAPA SEGUINTE)	CORRE CONTRA TODOS . (SAVO CONTRA OS ABSOLUTAMENTE INCAPAZES)
TEM ORIGEM NA LEI .	TEM ORIGEM { NA LEI OU NO NEGÓCIO JURÍDICO (CONVENCIONAL)
É RENUNCIÁVEL { EXPRESSA OU TACITAMENTE. ↳ SÓ VALERÁ SE: • SEM PREJUÍZO A TERCEIRO • DEPOIS QUE A PRESCRIÇÃO SE CONSUMAR DEVE SER CONHECIDA DE OFÍCIO PELO JUIZ.	QUANDO FIXADA EM LEI : • É IRENUNCIÁVEL (É NULA ESSA RENÚNCIA) <small>CAI MUITO EM PROVA!</small> • DEVE SER CONHECIDA DE OFÍCIO PELO JUIZ. (A CONVENCIONAL, NÃO PODE)
ABRANGE DIREITOS PATRIMONIAIS . (EM REGRA)	ABRANGE DIREITOS { PATRIMONIAIS E NÃO PATRIMONIAIS
É PASSÍVEL DE { IMPEDIMENTO SUSPENSÃO INTERRUPÇÃO	SAVO DISPOSIÇÃO LEGAL EM CONTRÁRIO, NÃO SE APLICAM { IMPEDIMENTO SUSPENSÃO INTERRUPÇÃO

ASPECTOS IMPORTANTES

- OS PRAZOS PRESCRICIONAIS **NÃO** PODEM SER **ALTERADOS** POR **ACORDO** DAS PARTES.
- PODE SER **ALEGADA** EM QUALQUER GRAU DE JURISDIÇÃO PELA **PORTE** EM QUE **APROVETTA**.
- A PRESCRIÇÃO INICIADA CONTRA UMA PESSOA **CONTINUA** A CORRER CONTRA SEU **SUCESOR**.

PRAZO

- REGRA GERAL: **10 ANOS**.
(ART. 205, C.C.)
- A **LEI** PODE FIXAR PRAZO **MENOR**.
- **INÍCIO DO PRAZO** = SURGIMENTO DA PRETENSÃO (QUANDO O DIREITO É VIOLADO)

PRAZO AINDA NÃO SE INICIOU

PRAZO JÁ SE INICIOU

IMPEDIMENTO E SUSPENSÃO

- **NÃO** CORRE A PRESCRIÇÃO:
- ENTRE:
 - CÔNJUGES → NA CONSTÂNCIA DA SOCIEDADE CONJUGAL.
 - ASCENDENTES E DESCENDENTES → DURANTE O PODER FAMILIAR.
 - TUTELADOS/CURATELADOS E TUTORES/CURADORES. → DURANTE A TUTELA/CURATELA.
- CONTRA OS:
 - ABSOLUTAMENTE INCAPAZES
 - AUSENTES DO PAÍS EM SERVIÇO PÚBLICO
 - QUE ESTIVEREM SERVINDO AS FORÇAS ARMADAS EM TEMPO DE GUERRA
- PENDENDO:
 - CONDIÇÃO SUSPENSIVA.
 - AÇÃO DE EVICÇÃO.
- NÃO ESTANDO VENCIDO O PRAZO.

PRESCRIÇÃO

INTERRUPÇÃO

- SÓ PODE OCORRER **UMA VEZ**.
- O PRAZO SE **REINICIA**.
(ANULA-SE O PRAZO JÁ TRANSCORRIDO)
- POR QUALQUER **INTERESSADO**.
- **HIPÓTESES**:
 1. DESPACHO DO JUIZ (MESMO INCOMPETENTE) QUE ORDENAR A CITAÇÃO.
 2. PROTESTO.
 3. PROTESTO CAMBIAL
 4. APRESENTAÇÃO DO TÍTULO DE CRÉDITO.
 5. QUALQUER ATO JUDICIAL QUE CONSTITUA EM MORA O DEVEDOR
 6. QUALQUER ATO INEQUÍVOCO ^(AINDA QUE EXTRAJUDICIAL) DE RECONHECIMENTO DO DIREITO PELO DEVEDOR
- EM REGRA, OS EFEITOS SÃO **PESSOAIS**.
(NÃO AFETA OS DEMAIS)

EXCEÇÕES:

- SODARIEDADE { ATIVA
PASIVA.
- EM OBRIGAÇÕES/DIREITOS **INDIVISÍVEIS**:
A INTERRUPÇÃO CONTRA UM DOS HERDEIROS DO DEVEDOR SODÁRIO PREJUDICA OS DEMAIS.
- **DEVEDOR PRINCIPAL E FIADOR**.

A **SUSPENSÃO** DA PRESCRIÇÃO CONTRA UM DOS CREDORES, SÓ HAVERÁ SUSPENSÃO CONTRA OS **CREDORES SODÁRIOS** SE A OBRIGAÇÃO FOR **INDIVISÍVEL**.

PRESCRIÇÃO

prescrição

= PRINCIPAIS PRAZOS =

1 ANO

- PAGAMENTO DE HOSPEDAGEM E AUMENTOS.
- SEGURADO ↔ SEGURADOR.
- TABELÕES, AUXILIARES DA JUSTIÇA, ÁRBITROS E PERITOS (EMOLUMENTOS, CUSTAS E HONORÁRIOS)
- PRETENSÃO CONTRA OS PERITOS PELA AVALIAÇÃO DOS BENS QUE ENTRARAM P/O CAPITAL SOCIAL DAS S.A.s.
- CREDORES NÃO PAGOS X SÓCIOS ACIONISTAS LIQUIDANTES

2 ANOS

- PRETENSÃO P/ HAVER PRESTAÇÕES AUMENTARES (DA DATA EM QUE VENCEREM)

3 ANOS

- PRETENSÃO RELATIVA A ALUGUEIS.
- RECEBER PRESTAÇÕES VENCIDAS DE RENDAS. (TEMPORÁRIAS/VITÁLIAS)
- HAVER JUROS, DIVIDENDOS E OUTRAS PRESTAÇÕES ACESÓRIAS.
- PRETENSÃO DE RESARCIMENTO DE ENRIQUECIMENTO S/ CAUSA E REPARAÇÃO CIVIL.
- HAVER O PAGAMENTO DE TÍTULOS DE CRÉDITO.

4 ANOS

- PRETENSÃO RELATIVA À TUTELA. (DA DATA DA APROVAÇÃO DAS CONTAS)

DICAS!

- SÃO LISTADOS NOS ARTS. 205 E 206 DO C.C. (OS DE MAIS SERÃO PRAZOS DECADENCIAIS)
- SÃO SEMPRE EM ANOS.

5 ANOS

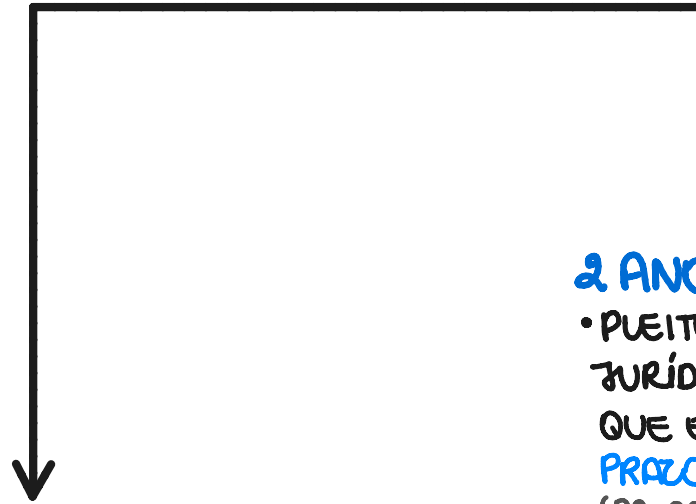
- PRETENSÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDAS LÍQUIDAS.
- PRETENSÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS EM GERAL, PROCURADORES JUDICIAIS, CURADORES E PROFESSORES POR SEUS HONORÁRIOS.
- PRETENSÃO DO VENCEDOR P/ HAVER DO VENCIDO O QUE DESPENDEU EM JUÍZO.

DICAS!

- ESTÃO ESPALHADOS PELO C.C. (SÃO INÚMEROS)
- PODEM SER EM DIAS, MESES, ANOS...

DECADÊNCIA

= PRINCIPAIS PRAZOS =

**180 DIAS**

- PUEITEAR A ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO CONCLUÍDO PELO REPRESENTANTE EM CONFUTO C/O REPRESENTADO (DA CONCLUSÃO DO N.J. OU CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE)
- REQUERIMENTO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA + ABERTURA PROVISÓRIA DA SUCESSÃO:
 - 1 ANO:**
SE O AUSENTE NÃO DEIXOU REPRESENTANTE/PROCURADOR.
 - 3 ANOS:**
SE O AUSENTE DEIXOU REPRESENTANTE/PROCURADOR.

2 ANOS

- PUEITEAR A ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, QUANDO A LEI DISPUSER QUE É ANULÁVEL, SEM ESTABELECEER PRAZO. (DA DATA DE CONCLUSÃO DO ATO)

3 ANOS

- O DIREITO DE ANULAR A CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA POR DEFEITO NO ATO CONSTITUTIVO (DA PUBLICAÇÃO DE SUA INSCRIÇÃO NO REGISTRO)

4 ANOS

- PUEITEAR A ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONTADO, NO CASO DE:
 - COAÇÃO → DO DIA EM QUE ELA CESSAR.
 - ERRO, DOLO, FRAUDE CONTRA CREDITORES, ESTADO DE PERIGO OU LESÃO → DO DIA EM QUE SE REALIZOU O N.J..
 - ATOS DE INCAPAZES → DO DIA EM QUE CESSAR A INCAPACIDADE.